Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
CNPJ Nº 26.461.699/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Exercício Social de 2010

I *Mensagem da Diretoria*

Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento. É essa a missão institucional que permeia as ações cotidianas de todos nós, colaboradores e parceiros, em um compromisso e um dever que nos irmana e nos confunde, na busca de um objetivo único: a consolidação de uma empresa estável e organizada, capaz de vencer os desafios do dia-a-dia e alcançar a identidade entre eficiência e eficácia.

Não foi essa senão a preocupação que norteou as ações da Companhia ao longo do exercício de 2010, buscando novas formas que se revelassem mais eficientes sob o ponto de vista da gestão, e mais justas no tocante aos seus efeitos sociais. Isto envolveu, naturalmente, adequações de ordem estrutural, um maior gerenciamento e transparência das informações - o que pressupõe uma maior eficiência e eficácia dos sistemas de controle -, alteração de formas de trabalho e maior delegação da autoridade.

Um processo dessa natureza significa uma reapreciação dos padrões administrativos e dos instrumentos de ação, e isto afeta, muitas vezes, as convicções pessoais, daí o surgimento de eventuais resistências em admitir a necessidade de reformas. A máquina estatal é, via de regra, conservadora e, portanto, os fenômenos de mudanças representam um complicador adicional à execução de uma tarefa dessa natureza.

Transmissão de idéia de inevitabilidade, como também coerência e harmonia dos planos, são pressupostos genéricos da boa gestão e que delineiam um programa consistente de reforma.

Assim, é que, simultaneamente às reformas requeridas, o corpo diretivo vem buscando disseminar no âmbito da Companhia uma doutrina cujos princípios sejam ampla e facilmente percebidos, a fim de que todo o corpo de colaboradores possa a eles hipotecar sua adesão. Isto pressupõe a materialização de uma consciência coletiva, a identidade da Companhia, capaz de controlar o poder, conter os abusos e prevenir a agonia dos conflitos.

A retomada do planejamento estratégico da Companhia é outra iniciativa das mais importantes, assentado sob a égide dos pressupostos de objetividade, instrumentalização, interação, integração, responsabilidade, exeqüibilidade, unidade, flexibilidade, motivação e capacitação.

O resultado dessas iniciativas não foi outro senão o aumento da credibilidade da Companhia perante os seus parceiros e demais partes interessadas, o que levou a um aumento significativo das demandas relacionadas aos programas por ela operacionalizados, vinculados não somente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, como também aos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Desenvolvimento Agrário – MDA e Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA. Mencione-se, ainda, as parcerias com o Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil) e com o Gabinete da Secretaria de Segurança Institucional, tendo como objeto as ajudas humanitárias nacionais e internacionais.

Dentre os programas operacionalizados pela Conab, e que serão explicitados mais adiante, merece um destaque todo especial o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, uma ação estruturante voltada ao fortalecimento e ao desenvolvimento da agricultura familiar, especialmente o pequeno agricultor, para quem a vida foi, até o segundo ano da última década, feita apenas de esperança. Os diversos mecanismos de apoio operacionalizados pelo governo vêm contribuindo efetivamente para a transformação, de forma acelerada, do perfil do agricultor familiar, principalmente a sustentação de preços, garantia de mercados cativos para sua produção e o aumento da renda.

Não menos importantes são as ações voltadas ao apoio à política de segurança alimentar e nutricional às populações carentes (Fome Zero), envolvendo operações de compra, recepção, controle de qualidade, armazenagem, logística/transporte e distribuição de produtos, envolvendo grupos de acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidos por barragens, indígenas e outros grupos em situação emergencial.

Apesar dos enormes avanços dos níveis sócio-econômicos experimentados pelas populações de menor poder aquisitivo nos últimos anos, há, ainda, um grande contingente de brasileiros carentes, e a Conab tem uma grande responsabilidade na execução das ações governamentais voltadas ao atendimento das populações que enfrentam problemas de insegurança alimentar e nutricional.

Sob o ponto de vista econômico-financeiro, a Conab, não obstante os dispêndios derivados do aumento do volume de ações inseridas no processo de operacionalização dos diversos programas e que, para as quais não há recursos orçamentários adicionais específicos, encerrou o exercício com um resultado líquido (após os tributos) de R$10.270 mil. Isto se deveu, principalmente, a uma redução seletiva de muitos dispêndios correntes não vinculados às atividades finalísticas, concomitantemente a uma maior eficiência na geração e captação de recursos.

A propósito da preocupação em adotar medidas voltadas ao acompanhamento e controle das variáveis que compõem o conjunto da movimentação econômico-financeira, não significa que a Conab deva ser administrada dentro da concepção empresarial em que a rentabilidade é o objetivo básico, o que desvirtuaria, naturalmente, o seu caráter de serviço público, escapando dos critérios de economicidade global. Entretanto, entendemos que o prejuízo gerado por ineficiência é altamente anti-social, porquanto os recursos pertencem à sociedade, e a esta deve retornar sob a forma de benefícios efetivos e mensuráveis.

Sendo uma empresa vinculada ao setor público, tem uma série de responsabilidades, por definição estatutária, na área social. Assim, na condução de seus negócios se estabelece uma dicotomia funcional, cujos limites não são facilmente distinguidos: a compreensão de quando a atividade tem sentido econômico ou social, ou até onde vai um ou outro aspecto.

E é justamente por conta dessa consciência que estamos procurando vencer os desafios de mantermos fiéis à tradição dos inovadores; inquietos em busca de novos sentidos, como os jovens; lúcidos na capacidade de análise e da crítica, como os sábios; coragem para intervir nos momentos necessários, nas questões prementes e essenciais ao desenvolvimento de nossa Companhia.

É preciso reconhecer que o momento positivo vivenciado pela Companhia tem como elemento essencial os nossos colaboradores, desde o mais humilde até o mais graduado, capacitados e qualificados adequadamente, com ênfase na competência e eficiência profissional, como também a formação de lideranças empreendedoras. Acreditamos nas pessoas, capacitadas, integradas e motivadas, como força motriz para o alcance dos nossos objetivos comuns.

A todos os colaboradores expressamos a nossa gratidão e o nosso reconhecimento, por representarem a expressão de que o aperfeiçoamento contínuo e a busca de objetivos comuns transformam tanto indivíduos quanto organizações.

Aos Conselhos de Administração e Fiscal os nossos agradecimentos pelas orientações e fiscalização dos atos e fatos no transcurso do processo de gestão, que nos ajudaram, por certo, na conquista dos resultados alcançados.

Ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Gonçalves Rossi e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, os nossos agradecimentos pelo decisivo apoio que, sem o qual, não teríamos condições de viabilizar as transformações levadas a efeito ao longo do exercício, e nem tampouco alcançar os resultados positivos em nossas ações.

Por último, expressamos a nossa gratidão aos nossos clientes, fornecedores e aos demais parceiros da sociedade civil e do setor público, que nos desafiam no dia-a-dia a superar nossas metas e melhorar nossa eficiência.

A Diretoria

II *A empresa*

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.929,de 12 de abril de 1990, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária de Abastecimento – Mapa, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o Território Nacional.

Sua missão institucional é a de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Para a execução de suas competências estatutárias e regimentais conta com uma estrutura composta de unidades administrativas – Matriz e 27 Superintendências Regionais – e operacionais, estas representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns) destinados à prestação de serviços ao setor privado, como também ao armazenamento dos estoques públicos e ao suporte aos programas de abastecimento.

Relativamente à força de trabalho, a Conab terminou o exercício com 4.396 colaboradores, em contraposição a 4.324 registrados em 31.12.2009, evidenciando um incremento de 1,66% (72 colaboradores).

A sua estrutura orgânica básica de Governança Corporativa é atualmente composta da seguinte forma:

Interações e Alçadas	Controlador : Governo Federal (detentor de 100% das ações)
	Conselho de Administração
	Diretoria Colegiada

III *A Administração*

Conselho de Administração

Órgão de deliberação colegiada exerce a administração superior da Conab e tem a seguinte composição:

- O Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, que o preside.
- O Presidente da Conab, que substitui o presidente em sua ausência ou impedimento.
- Até três representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa.
- Um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Composição em 31.12.2010

José Gerardo Fonteles	**Presidente**
Alexandre Magno Franco de Aguiar	**Conslheiro**
Guilherme da Costa Delgado	**Conselheiro**
Boaventura Teodoro de Lima	**Conselheiro**
Edilson Guimarães	**Conselheiro**
Milton Elias Ortolan	**Conselheiro**

Diretoria Colegiada

Constituída de um Presidente e até quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- Mapa. Os Diretores são nomeados sem atribuição específica, cabendo ao Conselho de Administração definir a titularidade de cada Diretoria.

Composição da Diretoria em 31.12.2010

Alexandre Magno Franco de Aguiar	**Presidente**
Rogério Luiz Zeraik Abdalla	**Diretor Administrativo**
Amaury Pio Cunha	**Diretor Financeiro**
Rogério Colombini Moura Duarte	**Diretor de Operações e Abastecimento**
Sílvio Isopo Porto	**Diretor de Política Agrícola e Informações**

IV *Desempenho Corporativo*

1. *Desempenho Econômico-Financeiro*

1.1 Resultados

Os principais indicadores apresentados a seguir refletem os resultados da Companhia no exercício de 2010.

Principais Indicadores de Resultados

Descrição	Valores em R$ Mil 2010	Valores em R$ Mil 2009	Variação Nominal (%)
Receita Operacional Bruta	**926.488**	**701.507**	**32,07**
Receita de Vendas	364.331	154.516	135,79
Receita de Serviços	25.096	40.751	(38,42)
Outras Receitas	537.061	506.240	6,09
Despesas Operacionais	**631.033**	**547.401**	**15,28**
Despesas com Pessoal	379.098	313.656	20,86
Despesas Comerciais e Administrativas	251.935	233.745	7,78
Resultado Operacional	**13.657**	**19.922**	**(31,45)**
Resultado Líquido (antes da tributação)	**18.246**	**43.772**	**(58,32)**
Resultado Líquido (após tributação)	**10.270**	**42.924**	**(76,07)**

1.2 *Estrutura e Evolução Patrimonial*

O total do Ativo, que representa as aplicações da Companhia, experimentou uma expansão de 16,87% a preços correntes, na comparação com o saldo posicionado em 31.12.2009. Os estoques de mercadorias para alienação e distribuição, somados às compras antecipadas para entrega futura, somaram R$4.507.600 mil, evidenciando uma participação de 78,00% sobre o total das aplicações.

Sob o ponto de vista da distribuição temporal, em 31.12.2010 90,18% do Ativo se posicionavam no curto prazo, o que é próprio do setor de atividades no qual se insere a Companhia.

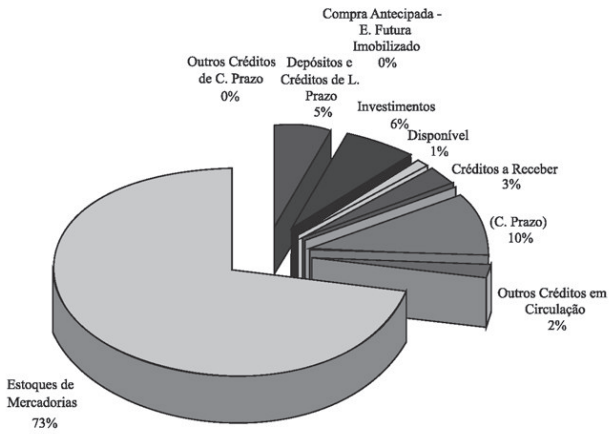
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011042800003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Comportamento do Ativo

Descrição	31.12.2010		31.12.2009		Variação
	R$ Mil	%	R$ Mil	%	%
Ativo Circulante	**5.212.315**	**90,18**	**4.453.686**	**90,05**	**17,03**
Disponível	972	0,02	69.259	1,40	(98,60)
Créditos em Circulação	702.487	12,15	683.639	13,82	2,76
Bens e Valores em Circulação	4.508.832	78,01	3.700.765	74,83	21,84
Valores Pendentes de C. Prazo	24	0,00	23	0,00	4,35
Ativo Não-Circulante	**567.648**	**9,82**	**491.989**	**9,95**	**15,38**
Depósitos Realizáveis a L. Prazo	120.748	2,09	42.647	0,86	183,13
Créditos Realizáveis a L. Prazo	186.457	3,23	196.955	3,98	(5,33)
Investimentos	80.263	1,39	91.561	1,85	(12,34)
Imobilizado	180.148	3,12	160.826	3,25	12,01
Intangível	32	0,00	-	-	-
Total do Ativo	**5.779.963**	**100,00**	**4.945.675**	**100,00**	**16,87**

Composição do Ativo em 31.12.2010 - Em R$ Mil



Comportamento do Passivo

Descrição	31.12.2010		31.12.2009		Variação
	R$ Mil	%	R$ Mil	%	%
Passivo Circulante	**5.435.964**	**94,05**	**4.605.039**	**93,11**	18,04
Depósitos	**30.626**	**0,53**	**33.758**	**0,68**	(9,28)
Obrigações em Circulação	**5.405.338**	**93,52**	**4.571.281**	**92,43**	18,25
Obrigações a Pagar	56.570	**0,98**	217.993	**4,41**	(74,05)
Provisões	235.428	**4,07**	218.640	**4,42**	7,68
Operações de Crédito	4.548.342	**78,69**	3.601.884	**72,83**	26,28
Credores-Entidades e Agentes	549.222	**9,50**	529.646	**10,71**	3,70
Outras Obrigações	15.776	**0,27**	3.118	**0,06**	405,97
Passivo Não - Circulante	**15.360**	**0,27**	**38.308**	**0,77**	(59,90)
Patrimônio Líquido	**328.639**	**5,69**	**302.328**	**6,11**	8,70
Total do Passivo	**5.779.963**	**100,00**	**4.945.675**	**100,00**	16,87

Na comparação com o saldo de 31.12.2009, o Passivo Circulante experimentou uma expansão superior à observada no Ativo Circulante, gerando, consequentemente reflexos na formação do Capital Circulante Líquido da Companhia.

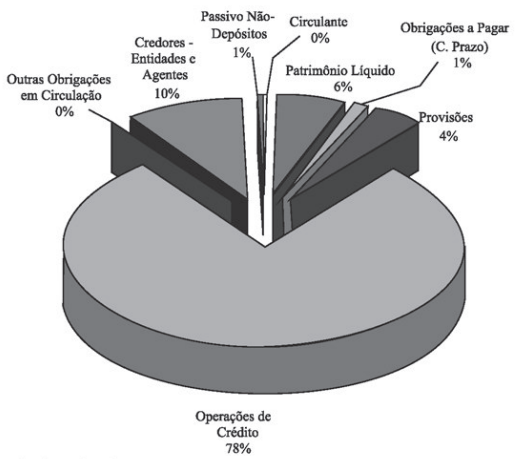
Formação do Capital Circulante Líquido – R$ Mil

Ativo Circulante	5.212.315	4.453.686
(-) Passivo Circulante	5.435.964	4.605.039
Capital Circulante Líquido	(223.649)	(151.353)

Ainda com referência ao Circulante, verifica-se que o grupo Operações de Crédito, que representa o financiamento dos estoques públicos, apresentou um crescimento nominal de 26,38%, bem superior à observada no conjunto do Passivo, variando de R$3.601.884 mil para R$4.548.342 mil. Por outro lado a participação sobre o conjunto do Passivo elevou-se de 72,83% para 78,69%.

Já o Patrimônio Líquido cresceu nominalmente na proporção de 8,70%, variando de R$302.328 para R$328.639. A participação sobre o conjunto do Passivo variou de 6,11% para 5,69%, indicando uma maior demanda em relação ao capital de terceiros.

Composição do Passivo em 31.12.2010 - Em R$ Mil



2. Desempenho Operacional

Em cumprimento de sua missão institucional e de suas competências estatutárias, a Companhia teve uma forte atuação no transcorrer do exercício de 2010, nos programas e ações a seguir relacionadas:

Garantia de sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e execução dos programas de escoamento de produtos

Além da Aquisição do Governo Federal - AGF e dos Contratos Públicos de Opção de Venda, a Conab também é responsável pela operacionalização dos instrumentos de política agrícola, denominados de Prêmio de Escoamento do Produto PEP, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP, Valor de Escoamento do Produto – VEP, Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural – PEPRO, Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar e Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas.

No transcorrer do exercício de 2010, os mecanismos de garantia de sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários apresentaram a movimentação a seguir explicitada.

Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO

Prêmio concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão.

Movimentação em 2010

N.º de leilões	Volume negociado	Valor previsto	Valor Pago
9	875.097 toneladas	R$76.362 mil	R$31.948 mil

Prêmio de Escoamento do Produto - PEP

Instrumento de política agrícola em que é concedido aos interessados em adquirirem produtos diretamente ao produtor e/ou cooperativa, com garantia do valor de referência, sob a condição de proceder ao escoamento da safra para a região de consumo.

Movimentação em 2010

Leilões realizados	Volume negociado	Subvenção
67	14.078.478 toneladas 20.827.000 litros/vinho	R$1.066.566 mil

Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar

Subvenção concedida aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas (inclusive cooperativa), cuja produção tenha sido cultivada na Região Nordeste, como também beneficiada em unidades industriais localizadas na mesma região, e ainda que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol.

Movimentação em 2010

Produtores/cooperativas beneficiados	Quantidade (t)	Valor Pago
11.293	8.586.737	R$42.933 mil

Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção concedida diretamente aos extrativistas portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

Movimentação em 2010

Produtores beneficiados	Quantidade (t)	Valor Pago
16.365	3.368	R$2.756 mil

Comercialização dos estoques públicos

A intervenção governamental na comercialização dos estoques reguladores e estratégicos por meio de leilão eletrônico, observadas as necessidades de cada região ou quando identificadas áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando ou atenuando os movimentos especulativos.

Comercialização de estoques públicos em leilões – 2010

Quantidade ofertada (t)	**1.073.015**
Quantidade negociada (t)	**713.697**
Valor da Operação com ICMS – R$ Mil	**233.325**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011042800004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Apoio aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais, entre outros

O programa, denominado de Vendas em Balcão, garante a oferta de milho ao público alvo em suas respectivas regiões, e a preços que propicie à viabilização desse tipo de empreendimento. A comercialização de milho representou 99,5% do total, com 236.879 toneladas.

Vendas em Balcão – Movimentação de 2010

Quantidade Comercializada (t)	**237.000**
Valor – R$ Mil	**90.069**
N.º de Clientes	**83.243**

Subvenção à Comercialização – Valor de Escoamento do Produto – VEP.

Representa o valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoques governamentais e se dispõe a escoá-los para a região de consumo estabelecida no edital de venda.

VEP – Movimentação em 2010

Quantidade ofertada (t)	**292.133**
Quantidade negociada (t)	**66.890**
Valor da operação c/ICMS – R$ Mil	**20.415**
Prêmio Previsto – R$ Mil	**5.972**

Movimentação dos Estoques Públicos

A Conab promove o apoio logístico aos produtores e aos diversos programas de abastecimento e armazenamento, no sentido de disponibilizar espaços de estocagem nas zonas de produção para o recebimento de novas safras, posicionando estrategicamente os estoques, com o objetivo de abastecer regiões vítimas de desequilíbrios de mercado.

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Em decorrência dos termos de cooperação firmados com os Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome– MDS e de Desenvolvimento Agrário – MDA, a Conab é a responsável pela operacionalização do programa, cujo objetivo básico é o de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade, necessários às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, como também promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Na operacionalização do PAA, a Conab utiliza-se dos seguintes mecanismos:

A) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF

Sua finalidade é a de garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais, a saber: extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais.

No transcorrer do exercício de 2010, foram adquiridos 32.344 toneladas de produtos, beneficiando 11.309 agricultores familiares e envolvendo recursos da ordem de R$60.081 mil.

Movimentação em 2010

Unidades da Federação	4	**Termo de Cooperação com o MDA**
N.º de Municípios	37	
Agricultores Familiares beneficiados	6.954	
Volume adquirido (t)	18.572	
Recursos envolvidos – R$ Mil	40.902	

Unidades da Federação	12	**Termo de Cooperação com o MDS**
N.º de Municípios	75	
Agricultores Familiares beneficiados	4.355	
Volume adquirido (t)	13.772	
Recursos envolvidos – R$ Mil	19.179	

Sua finalidade é a de formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos de A a E do Pronaf, com o objetivo de sustentar preços e agregar valor à produção. Atende ao mesmo público alvo da CDAF, devendo os agricultores estar organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

Em 2010 foram beneficiados 10.177 agricultores familiares, movimentando 32.915 toneladas de produtos e envolvendo recursos financeiros de R$47.196 mil.

B) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque

Sua finalidade é a de formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos de A a E do Pronaf, com o objetivo de sustentar preços e agregar valor à produção. Atende ao mesmo público alvo da CDAF, devendo os agricultores estar organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

Em 2010 foram beneficiados 10.177 agricultores familiares, movimentando 32.915 toneladas de produtos e envolvendo recursos financeiros de R$47.196 mil.

Movimentação CPR Estoques em 2010

Unidades da Federação	20	**Termo de Cooperação com o MDA**
N.º de Municípios	73	
Agricultores Familiares beneficiados	3.625	
Quantidade (t)	11.411	
Recursos envolvidos – R$ Mil	16.191	

Unidades da Federação	12	**Termo de Cooperação com o MDS**
N.º de Municípios	64	
Agricultores Familiares beneficiados	6.552	
Quantidade (t)	21.504	
Recursos envolvidos – R$ Mil	31.005	

C) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação

Tem como objetivo atender às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares em todo o território nacional

Movimentação CPR Doação em 2010

Unidades da Federação	27	**Termo de Cooperação com o MDS**
N.º de Municípios	967	
Agricultores Familiares beneficiados	73.026	
Quantidade (t)	160.745	
Recursos envolvidos – R$ Mil	272.458	
N.º de entidades beneficiadas	17.766	
N.º de pessoas beneficiadas	15.247.554	

Distribuição de Alimentos

Inserida no contexto das ações da Estratégia Fome Zero, objetiva contribuir para a erradicação da fome, promovendo da segurança alimentar e nutricional mediante a garantia das populações carentes o acesso à alimentação.

Por força de Termo de Cooperação firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, a Conab, no transcorrer do exercício de 2010, distribuiu 1.946.543 cestas de alimentos a 446.363 famílias de acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, movimento dos atingidos por barragens, indígenas, pescadores artesanais, como também os atendimentos especiais.

Distribuição de alimentos em 2010
Termo de Cooperação com o MDS

Famílias atendidas	N.º de Cestas	Volume distribuído (t)
446.363	**1.946.543**	**46.299**

Também em parceria com o Ministério da Integração Nacional – MI, a Conab promoveu a distribuição de 142.286 cestas de alimentos a 139.452 famílias afetadas por eventos adversos.

Distribuição de alimentos em 2010
Termo de Cooperação com o MI

Famílias atendidas	N.º de Cestas	Volume distribuído (t)
139.452	**142.286**	**3.766**

Relativamente à ajuda humanitária internacional, a Conab realizou doação de 138 toneladas de arroz, açúcar, feijão, farinha de mandioca, leite em pó e macarrão, e 37.500 latas de fiambre, óleo de soja e sardinha, ao Peru e Haiti.

A propósito, cumpre registrar que a Conab, objetivando uma maior agilidade nas operações de assistência internacional, mantém no Aeroporto Internacional do Galeão - RJ o Armazém Humanitário Internacional, onde é mantido um estoque médio de 14 toneladas de alimentos.

Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural

A Resolução n.º 10/2006 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural – CGSR faculta ao Mapa ou a Conab fiscalizar, *in loco*, todas as fases e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro.

Na execução dos Planos de Trabalho 2009/10 e 2010/11, a Conab participou da avaliação de 1.971 apólices.

Leilões de Importação de Coco

De conformidade com o Termo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, a Conab promove, por meio de Bolsa de Mercadorias e/ou de Futuros, a realização de leilões, tendo como objeto a aquisição, por parte de agentes qualificados, a importação de coco seco, sem casca, ou ralado.

No transcorrer de 2010, nos diversos leilões levados a efeito foram vendidas 17.660 cotas de importação de coco, no valor de R$9.051 mil.

Execução de serviços de Armazenagem e acompanhamento do setor

Dispondo de um complexo armazenador formado por 97 unidades (177 armazéns), com capacidade estática de aproximadamente 2,1 milhões de toneladas, a Conab atua no segmento de forma supletiva, como também no suporte à manutenção dos estoques públicos e aos programas sociais.

Por outro lado, promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns composto por 17.489 armazéns cadastrados, com capacidade estática de 137,9 milhões de toneladas.

Fiscalização dos Estoques Públicos

As ações de fiscalização dos estoques públicos em 2010 contou com 399 fiscais, os quais procederam a vistoria quantiqualitativa em mais de 40 milhões de toneladas de produtos estocados em 5.200 armazéns, de forma a identificar perdas, desvios e condições inadequadas de manutenção e conservação dos estoques nos armazéns depositários, e ainda, a regularidade do desenvolvimento dos instrumentos de sustentação de preços. O processo de fiscalização, cada vez mais intenso, vem contribuindo de forma decisiva para a redução dos índices de perdas e inibição de desvios.

Pesquisas e Avaliações de Safras

São realizadas periodicamente pesquisas e avaliações de safras, utilizando tecnologias modernas, inclusive com o uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira).

O procedimento de pesquisa e avaliação de safras por meio de geotecnologias é acompanhado pela aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, como também por levantamento de campo. Todo o avanço tecnológico obtido ao longo do tempo se deu graças à implementação do Projeto Geosafras.

O Projeto SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira, integra informações relativas à produção, estoques, rede de armazenagem, via de transporte, plantas de processamento, portos, entre outros indicadores do setor.

Ainda com relação às iniciativas de acompanhamento e avaliação de safras, cabe mencionar a inserção no rol de ações desenvolvidas o, acompanhamento e avaliação da safra brasileira de cana de açúcar, laranja e das culturas de dendê e pinhão manso.

Organização dos Micros e Pequenos Varejistas

Por meio do programa denominado de "Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap", a Conab está desenvolvendo ações com o objetivo de propiciar aos micros e pequenos varejistas de produtos básicos, um sistema de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seu empreendimento, mediante o suporte técnico necessário, acesso direto aos fornecedores e obtenção de financiamento para capital de giro, gerando, conseqüentemente, melhoria do suprimento alimentar às comunidades, pela oferta de produtos de qualidade e a preços acessíveis; maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação para os Municípios, por conta da formalização e expansão do comércio local.

Fomento ao Desenvolvimento do Setor de Hortigranjeiros e na Modernização do Processo de Gestão e da Infraestrutura de Comercialização

A Portaria MAPA nº 171, de 24 de março de 2005, instituiu, no âmbito da Conab, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, com a finalidade de, em interação com os Estados e Municípios e os agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, fomentar o desenvolvimento do setor.

Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar

Em parceria com o Ministério da Pesa e Aquicultura – MPA, a Conab participa de ações que objetivam à estruturação e a consolidação de uma rede econômica de produção, distribuição e comercialização de pescados oriundos da pesca artesanal e da aquicultura familiar, de forma a garantir a melhoria das condições sócio-econômicas do público alvo.

Disseminação de Conhecimentos e Informações

A Conab elabora e divulga informações relativas aos setores agrícola e de abastecimento, tais como, quase 6.000 séries de preços de produtos agropecuários e insumos, 82 indicadores econômicos, balança comercial do agronegócio com mais de 2.200 itens da NCM – Nomenclatura de Comércio do Mercosul, acompanhamento dos principais produtos exportados e importados, índices de preços recebidos pelos produtores, informações gerenciais sobre os instrumentos de sustentação de preços e de escoamento de produtos, análise conjunturais relativas a diversos produtos no mercado nacional e internacional, entre outros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011042800005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

ATIVO	VALORES EM R$ MIL 2010	2009
CIRCULANTE	**5.212.315**	**4.453.686**
DISPONÍVEL	**973**	**69.259**
Bancos Conta Movimento	0	10
Aplicações Financeiras	973	69.249
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	**702.486**	**683.639**
CRÉDITOS A RECEBER	**578.264**	**604.170**
Devedores por Fornecimento	26.622	24.684
Créditos Tributários	285.536	295.518
Recursos a Receber	89.431	112.957
Créditos Diversos a Receber	176.675	171.011
DEVEDORES-ENTIDADES E AGENTES	**119.415**	**75.576**
Entidades Devedoras	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	**4.807**	**3.852**
Adiantamentos a Pessoal	4.457	3.843
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350	0
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0	9
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	**0**	**41**
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	**4.508.832**	**3.700.765**
Estoques para Alienação	4.138.198	3.355.194
Estoques de Distribuição	1.821	0
Almoxarifado	1.164	1.072
Títulos e Valores em Circulação	68	375
Materiais em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.341	342.638
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	**24**	**23**
Valores Pendentes	24	23
ATIVO NÃO - CIRCULANTE	**567.648**	**491.989**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**307.205**	**239.602**
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**120.748**	**42.647**
Recursos Vinculados	120.748	42.647
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**186.457**	**196.955**
Devedores - Entidades e Agentes	15.348	38.434
Créditos Diversos a Receber	171.109	158.521
INVESTIMENTOS	**80.263**	**91.561**
Participações Societárias	27.803	35.864
Outros Investimentos	52.460	55.697
IMOBILIZADO	**180.148**	**160.826**
Bens Imóveis	275.771	250.875
Bens Móveis	73.373	66.124
Depreciações	**(168.996)**	**(156.173)**
INTANGÍVEL	**32**	**0**
TOTAL	**5.779.963**	**4.945.675**

PASSIVO	VALORES EM R$ MIL 2010	2009
CIRCULANTE	**5.446.380**	**4.605.038**
DEPÓSITOS	**30.626**	**33.758**
CONSIGNAÇÕES	**1.859**	**2.151**
Pensão Alimentícia	4	5
Planos de Seguros	199	168
Empréstimos	242	194
Outros Tributos e Consignações	1.414	1.777
Impostos e Contribuições Diversas	0	7
RECURSOS DA UNIÃO	**17.078**	**17.119**
Recursos Fiscais	7.501	5.028
Recursos Previdenciários	9.577	12.091
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	**11.689**	**14.488**
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	**5.415.754**	**4.571.280**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**59.009**	**217.992**
Fornecedores	55.180	208.570
Pessoal a Pagar	6	234
Encargos Sociais a Recolher	985	857
Obrigações Tributárias	49	428
Débitos Diversas a Pagar	350	2.875
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439	5.028
PROVISÕES	**243.405**	**218.640**
Provisão para Férias	26.583	22.258
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976	847
ICMS s/Mercadorias para Revenda	572	367
Provisão para ICMS	46.469	46.469
Provisão para Contingências	142.621	131.702
Provisão para o INSS	9.251	9.251
Encargos Sociais sobre Provisões	9.933	7.746
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	**549.222**	**529.646**
Entidades Credoras	549.222	529.646
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**4.548.342**	**3.601.884**
Operações Especiais	4.548.342	3.601.884
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	**15.754**	**2.781**
Adiantamentos de Clientes	15.754	2.781
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	**3**	**37**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**19**	**1**
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	**0**	**299**
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	**15.360**	**38.308**
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	**69**	**69**
Depósitos e Cauções	69	69
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	**15.291**	**38.239**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**15.291**	**38.239**
Entidades de Previdência Complementar	15.163	38.239
Entidades Federais	128	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**318.223**	**302.329**
Capital	**223.181**	**223.181**
RESERVAS	**50.501**	**49.988**
Reservas de Capital	26.544	26.545
Reservas de Lucros	23.957	23.443
LUCROS A DESTINAR	**44.541**	**29.160**
TOTAL	**5.779.963**	**4.945.675**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011042800006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DETALHAMENTO	VALORES EM R$ MIL 2.010	2.009
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	**389.427**	**195.266**
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	**364.331**	**154.515**
Vendas Estoques Estratégicos	266.564	70.953
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.749	86.307
Vendas Abastecimento Social	2	(8)
Vendas Atacado - Outros	(65)	0
Adição a Receita de Vendas	4.081	(2.737)
RECEITA DE SERVIÇOS	**25.096**	**40.751**
Serviços de Armazenagem	25.096	40.751
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	**15.435**	**5.946**
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	**373.992**	**189.320**
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	**469.963**	**248.548**
CMV - Estoques Estratégicos	368.549	125.276
CMV - Estoques Reguladores-PGPM	101.196	122.845
CMV - Atacado e Outros	218	427
(+/-)ARREDONDAMENTOS	**181**	**521**
(-)EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	**(201.862)**	**(120.842)**
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**105.710**	**61.093**
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	**631.033**	**547.401**
(-)DESPESAS DE PESSOAL	**379.098**	**313.657**
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.629	214.052
Obrigações Patronais	93.696	75.581
Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil	15.067	12.621
Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios	10.706	11.403
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	**251.935**	**233.744**
Despesas/Receitas Financeiras	(227)	(5.953)
Contrib.a Entid.Fechadas de Previdência	24.775	24.662
Transferências ao Exterior	2.349	1.729
Material de Consumo	4.291	6.484
Diárias-Pessoal Civil	10.443	8.720
Passagens e Desp.com Locomoção	3.662	3.536
Serviços de Consultoria	16	31
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.303	2.108
Locação de Mão-de-Obra	16.557	13.362
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.620	86.944
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147	58.896
Aquisições de Bens para Revenda	415	197
Outras Despesas Operacionais	63.584	33.028
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	**537.061**	**506.239**
Transferências Financeiras	411.790	419.332
Multas e Encargos de Outras Origens	2.921	5.864
Indenizações e Restituições	112.387	53.310
Receitas Imobiliárias	4.962	4.853
Receitas de Valores Mobiliários	62	43
Receitas Diversas	4.939	22.837
(-)MOVIMENTAÇÃO INTERNA	**(1.919)**	**9**
RESULTADO OPERACIONAL	**13.657**	**19.922**
OUTROS RESULTADOS	**4.590**	**23.850**
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	**4.587**	**24.108**
Alienação de Bens Móveis	(207)	(590)
Alienação de Bens Imóveis	3.594	22.982
Depreciação - Reversão	1.200	1.716
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	**(3)**	**258**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**18.247**	**43.772**
Provisão para Imposto de Renda	5.825	617
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.151	230
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**10.271**	**42.925**
LUCRO POR AÇÃO	**5,52**	**23,08**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	VALORES EM R$ MIL 2010	%	2009	%
1.RECEITAS	**394.013**	**78,22**	**219.114**	**43,81**
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423	77,30	195.265	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.590	0,91	23.849	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**412.356**	**81,86**	**218.072**	**43,60**
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239	54,04	147.001	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117	27,81	71.071	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**(18.343)**	**-3,64**	**1.042**	**0,21**
4.RETENÇÕES	**15.207**	**3,02**	**13.304**	**2,66**
4.1 - Depreciação	15.207	3,02	13.304	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	**(33.550)**	**-6,66**	**(12.262)**	**-2,45**
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**537.301**	**106,66**	**512.453**	**102,45**
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301	106,66	512.453	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	**503.751**	**100,00**	**500.191**	**100,00**
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**503.751**	**100,00**	**500.191**	**100,00**
8.1 - Pessoal e Encargos	428.497	85,06	358.304	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.901	10,90	96.341	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106	0,42	1.774	0,35
8.4 - **Resultado Antes do IR e CSLL**	**18.247**	**3,62**	**43.772**	**8,75**
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda e Contr. Social	5.825	1,16	617	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.151	0,43	230	0,05
8.7 - **Resultado Líquido do Exercício**	**10.271**	**2,04**	**42.925**	**8,58**
8.8 - Dividendos	2.439	0,48	5.028	1,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	514	0,10	1.059	0,21
8.10 - **Lucros Retidos**	**7.318**	**1,45**	**36.838**	**7,36**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	VALORES EM R$ MIL 2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	**18.247**	**43.772**
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	**(68.691)**	**189.438**
Depreciações	12.823	11.378
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(20.190)	(8.405)
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562	(108.982)
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525	28.400
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Ent. e Agentes Devedores	(43.701)	2.300
Aumento em Pessoal e Encargos	(1.089)	(103)
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	41	(41)
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(300)	235
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391	(68.855)
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	(156.190)	125.926
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(2.799)	8.293
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788	133.701
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.577	71.719
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973	2.222
Aumento nos Recursos Vinculados	(78.102)	(8.350)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(50.444)**	**233.210**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.298	(1.450)
Aplicações no Imobilizado	(32.176)	(33.280)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(20.878)**	**(34.730)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Reserva Legal	0	(435)
Dividendos a Pagar	(2.439)	(5.028)
Redução de Dividendos a Pagar	(2.588)	(1.364)
Outras Reservas de Capital	0	(107)
Resultado de Exercício Anterior	0	(163.351)
Lucros a Destinar do Exercício	0	(19.856)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063	(3.106)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**3.036**	**(193.247)**
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	**(68.286)**	**5.233**
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	**(68.286)**	**5.233**
No Início do Exercício	69.259	64.026
No Final do Exercício	973	69.259

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011042800007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

EM R$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2009	**223.181**	**25.373**	**443**	**835**	**11.250**	**11.570**	**178.634**	**451.286**
RESULT. DE EXERC.ANTERIOR							(163.351)	(163.351)
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(22.963)	(22.963)
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.925	0
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				(106)				(106)
CONSTITUIÇÃO RESERVA					624		(1.059)	624
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(5.028)	0
SALDO EM 31/12/2009	**223.181**	**25.373**	**443**	**729**	**11.874**	**11.570**	**29.158**	**302.328**
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							8.064	8.064
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.271	0
RESULT. DO EXERC. A DESTINAR								7.318
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513		(513)	513
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439)	0
SALDO EM 31/12/2010	**223.181**	**25.373**	**443**	**729**	**12.387**	**11.570**	**44.541**	**318.223**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (em R$ mil)

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de "*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*".

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*".

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos é executada com orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R$ 4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R$ 8.061 mil; destinada à cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantêm cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011042800008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("*impairment*"): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a Empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R$ 3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R$ 10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte "B" do LALUR.

n. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de "Valor Abrangente"; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R$ mil

Descrição	EXERCÍCIO 2010	2009
ICMS a Compensar	**285.410**	**294.861**
IRRF a Compensar	**33**	**578**
Contribuições Outros Impostos	**93**	**79**
Total de Créditos Tributários - Circulante	**285.536**	**295.518**

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R$ 73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R$ 150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R$ 5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R$ 28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R$ 116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas "11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO" e "11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA", criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R$ 15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R$ 26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R$ mil

Descrição	EXERCÍCIO 2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	**4.377**	**5.686**
Créditos por Cessão de Pessoal	**706**	**876**
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores (1)	**10.860**	**8.475**
Créditos por Infrações Legal/Contratual (2)	**160.732**	**155.974**
Subtotal – Circulante	**176.675**	**171.011**

(1) incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

(2)Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta **"11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual".**

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R$ mil

Descrição	EXERCÍCIO 2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	**10.548**	**5.067**
Títulos a Receber	**29.902**	**29.741**
Outros Créditos	**656**	**382**
Créditos a Receber em Poder da Justiça	**130.003**	**123.313**
Subtotal – Não Circulante	**171.109**	**158.503**
Total – (Circulante + Não Circulante)	**347.784**	**329.514**

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Os Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R$ 2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de "valor presente", com a seguinte composição:

Em R$ mil

Descrição	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	**1.946.235**	**1.735.601**
Encaminhado para Ajuizamento	**10.636**	**17.131**
Cobrança em Andamento (administrativa)	**4.508**	**3.608**
Outros (1)	**137.597**	**131.820**
Total	**2.098.976**	**1.888.160**

(1) Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

a. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R$ mil

Descrição	EXERCÍCIO 2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	**25.244**	**11.791**
Créditos Parcelados	**31**	**26**
Recursos da União	**94.140**	**63.759**
Total – Circulante	**119.415**	**75.576**

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R$ mil

Descrição	EXERCÍCIO 2010	2009
Entidades Federais	**15.163**	**38.239**
Créditos Parcelados	**102**	**102**
Créditos a Recuperar	**83**	**93**
Total – Não Circulante	**15.348**	**38.434**

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R$ 120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R$ 364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003 a 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2010; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R$ mil

Descrição	EXERCÍCIO 2010	2009
Estoques de Mercadorias	**4.138.198**	**3.355.194**
Estoques de Almoxarifado	**1.232**	**1.447**
Estoques em Trânsito	**3.240**	**1.486**
Compra Antecipada - CPR	**364.341**	**342.638**
Estoques de Distribuição	**1.821**	**0**
Total	**4.508.832**	**3.700.765**

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R$ 201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011042800009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R$ 5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R$ 15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R$ 11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivos Contingentes – Provável

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou Entidades representativas da categoria. As provisões de "perdas prováveis ou praticamente certas" são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco "perdas prováveis ou praticamente certa" representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	**47.719**	**106.211**	**84.590**	**139.609**

Passivos Contingentes – Possível

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de "perdas possíveis" podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da jóia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco "possíveis" podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	**225.933**	**317.523**	**254.830**	**369.167**

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a Companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	**208.013**	**311.635**	**1.025.364**	**793.009**

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R$ 4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R$ 2.151 mil e R$ 5.825 mil, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R$ 514 mil e R$ 2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R$ 18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R$ 10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica "**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**", saldo do grupo aumentou para R$ 31.357 mil:

Em R$ mil

Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31.357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R$ 40.407 mil e R$ 50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R$ 21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R$ 10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Em 2009, as ações do projeto, receberam repasses de recursos próprios da Conab, de outros Órgãos do MAPA, do MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

Em R$ mil

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos	521	2.485
Total de Repasses	**3.579**	**4.614**

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos "Termos de Cooperação Técnica" mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu **1.081** municípios e **94** mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas **226** mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R$ 362.500 mil no ano de 2009 e R$ 379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLITICA AGRICOLA E INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011042800010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA
Exercício 2010

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, levantado em 31.12.2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e do fluxo de caixa. Nossa responsabilidade é a de opinar sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 18, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104).
2. Os exames foram realizados com base nas normas de auditoria interna aplicáveis e nas técnicas e procedimentos de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a materialidade, relevância estratégica, criticidade da matéria auditada e o sistema de controles internos da Companhia; b) as constatações com base em testes das evidências e dos documentos que suportaram os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia.
3. As demonstrações contábeis, acima referenciadas, foram elaboradas em conformidade com a NBCT 3 (Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis), aprovada pela Resolução/CFC n.º 686/1990, com as alterações dadas pelas Resoluções/CFC n.ºs 847/1999, 887/2000 e 1.049/2005, e com o artigo 176, da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976 e, ainda com a nova redação dada pela Lei n.º 11.638, de 28.12.2007 e n.º 11.941, de 27.5.2009, aplicáveis às empresas públicas de direito privado.
4. Em nossa opinião as demonstrações contábeis, lidas em conjunto com as notas explicativas, refletem adequadamente a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto pelos efeitos modificativos causados ao montante da Equalização de Preços evidenciada na Demonstração do Resultado do Exercício, em razão dos lançamentos contábeis de ajustes dos estoques públicos efetivados pela Suregs CE, SC e MG, no valor de R$12.916.310,95, o que representa um acréscimo de 18% na Equalização de Preços apurada em dezembro de 2010 e 6% no total registrado no exercício de 2010. Observamos que se encontra em curso a implementação de ações necessárias, por parte da Companhia, para a regularização da inconsistência ora apresentada.
5. Cabe registrar a questão relacionada aos saldos contábeis representativos dos depósitos judiciais e para recursos, consignados na rubrica "Recursos Vinculados", integrante do grupo "Depósitos Realizáveis a Longo Prazo", do balanço patrimonial, cuja análise, à primeira vista, evidencia a inconsistência de diversos saldos, porquanto constatou-se a existência de ações judiciais já encerradas de longa data. Sobre essa matéria, a Companhia vem adotando diversas providências com o objetivo de promover o saneamento dos créditos, tendo, inclusive, constituído Grupos de Trabalho em todas as Superintendências Regionais.

Brasília, 30 de março de 2011

Antônio Martins de Lima
Auditor Interno
CRC/DF n.º 5285/O-0

Paulo Hiroshi Hayakava
Auditor Interno
CRC/DF n.º 4659

João Gonçalves Filho
Auditor Interno
CRC/DF 01858410-7

Maria do Socorro Ferreira da Silva Lopes
Auditora Interna
CRC/DF n.º 6046

Zilda Eulina Reis Pacheco da Silva
Auditora Interna
CRC/DF n.º 7417

Osvaldo Gonçalves Pateiro
Auditor Interno
CRC/RJ n.º 094366

Maria Inês Lasmar Alvarenga
Chefe da Auditoria Interna
CRC/DF n.º 4302

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da Contabilidade.

4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O – 3 – "S" – DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 – "S-DF

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAD, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos IV e V, do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo examinado o Balanço Patrimonial da Conab, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e considerando o Parecer da Auditoria Interna, resolve aprova-los, com as ressalvas contidas no citado Parecer, e submetê-los ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Brasília-DF, 18 de abril de 2011.

MILTON ELIAS ORTOLAN
Presidente

EVANGEVALDO MOREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro

BOAVENTURA TEODORO DE LIMA
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CONAB

O Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, consoante o art. 25 do Estatuto Social da Companhia, combinado com o art. 163, incisos II, III e VII, da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, examinou o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, à vista dos documentos apresentados pela Companhia, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e respaldados no Parecer da Unidade de Auditoria Interna, datado de 30/03/2011, e no Parecer da Auditoria Independente, datado de 03/03/2011 e Parecer do Conselho de Administração da Conab, relativo à aprovação das Contas encerradas em 31/12/2010 opinam que as Demonstrações acompanhadas das Notas Explicativas refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia.

Brasília-DF, 27 de abril de 2011.

PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE
PRESIDENTE

WESLEY JOSÉ GADELHA BEIER
CONSELHEIRO

FRANCISCO WAYNE MOREIRA
CONSELHEIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011042800011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.